



**CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
**GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE**

**REQUERIMENTO N.º                      , DE 2025**  
(Dep. Talíria Petrone)

Requer a realização de Seminário a ser realizado pela Comissão de Legislação Participativa sobre a Campanha Nacional do Plebiscito Popular, a fim de discutir os temas da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho e a taxação dos super-ricos para isentar quem ganha até R\$5 mil.

Senhora Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário, sobre a Campanha Nacional do Plebiscito Popular, a fim de discutir os temas da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho e a taxação dos super-ricos para isentar quem ganha até R\$5 mil.

Para tanto, sugerimos a participação de representantes de centrais sindicais, movimentos sociais do campo e da cidade, entidades estudantis, organizações da sociedade civil comprometidas com a justiça fiscal, a



democratização do acesso à energia e o direito à educação. Destacam-se, entre os atores que têm contribuído ativamente para a construção da Campanha Nacional do Plebiscito Popular, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o movimento Vida Além do Trabalho (VAT), além de representantes das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

## JUSTIFICAÇÃO

A realização deste Seminário tem como objetivo dar visibilidade e respaldo institucional à Campanha do Plebiscito Popular de 2025, que propõe a escuta direta da população brasileira sobre temas centrais à vida da classe trabalhadora. Trata-se de uma mobilização popular que recoloca no centro do debate público o direito ao descanso digno, a valorização do tempo livre, a justiça fiscal, a ampliação do poder de compra e a construção de um modelo de trabalho baseado na dignidade e nos direitos sociais.

Lançada em abril por movimentos como a CUT, a CTB, o MST, o MTST, a UNE, e entidades como a Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, a campanha propõe uma consulta direta à população, em moldes de auto-organização popular, sobre três perguntas fundamentais:

“Você concorda com o fim da escala 6x1?”

“Você concorda com a redução da jornada de trabalho sem redução salarial?”

“Você concorda com a taxa dos super-ricos para garantir direitos sociais?”

A campanha propõe um amplo processo de escuta e mobilização em locais de trabalho, escolas, universidades, praças, igrejas, comunidades e sindicatos, com votação presencial e digital prevista para o mês de agosto. Seu caráter pedagógico e mobilizador



remete a outras experiências bem-sucedidas de participação popular na história da democracia brasileira, como o Plebiscito contra a ALCA (2002).

Somos um dos países mais desiguais do mundo, os 1% mais ricos do Brasil concentram 63% da riqueza nacional. As 3 perguntas do plebiscito atacam o coração dessa desigualdade. Perguntam ao povo brasileiro sobre renda, justiça tributária, exploração dos trabalhadores.

A Campanha do Plebiscito Popular de 2025 se articula em torno de três eixos fundamentais para a dignidade da classe trabalhadora no Brasil. A escala 6x1, ainda vigente em grande parte dos setores, representa uma das expressões mais brutais da exploração capitalista, ao inviabilizar o descanso pleno, o convívio familiar e a participação na vida comunitária. A redução da jornada de trabalho sem redução de salário, por sua vez, é uma pauta histórica do movimento sindical e popular, necessária para redistribuir o tempo e garantir melhores condições de vida em um contexto de intensificação das exigências produtivas. Já a taxação dos super-ricos busca enfrentar um sistema tributário regressivo e profundamente injusto, em que grandes fortunas e patrimônios praticamente não contribuem para o financiamento das políticas públicas, perpetuando desigualdades sociais. Reunidas, essas três pautas expressam o clamor por um novo projeto de país, baseado na valorização do trabalho, na justiça fiscal e na centralidade da vida.

A realização deste Seminário será um espaço fundamental para valorizar o protagonismo dos movimentos populares, reforçar a legitimidade política da consulta popular como instrumento democrático e dar visibilidade às reivindicações da classe trabalhadora. Em tempos de avanço do autoritarismo e do esvaziamento da escuta popular nas instâncias de poder, é papel do Parlamento reconhecer e dialogar com as vozes que emergem das ruas e das bases organizadas da sociedade.

**Talíria Petrone**

**Deputada Federal - PSOL**

